

CONSULTA PÚBLICA Nº 14**Resolução - art. 1º****AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES**

MINUTA DE RESOLUÇÃO

Atribui e destina as faixas de radiofrequência na banda L, apr
Condições de Uso da Faixa de Radiofrequências de 1,5 GHz, a
de 24 de janeiro de 2005 e revoga a Resolução nº 198, de 16

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da [Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997](#), e pelo art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo [Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997](#),

CONSIDERANDO que, de acordo com o disposto no inciso VIII do art. 19 da Lei nº 9.472, de 1997, cabe à Anatel administrar o espectro de radiofrequências, expedindo as respectivas normas;

CONSIDERANDO os comentários recebidos decorrentes da Consulta Pública nº xxx, de y de mmmmmmm de aaaa, publicada no Diário Oficial da União do dia y de mmmmmmm de aaaa;

CONSIDERANDO deliberação tomada em sua Reunião nº xxx, de y de mmmmmmm de aaaa;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 53500.044911/2018-10,

RESOLVE:

Art. 1º Atribuir ao serviço móvel, em caráter primário e sem exclusividade, as subfaixas a seguir elencadas:

- 1.429 MHz a 1.452 MHz;

- 1.492 MHz a 1.518 MHz.

Resolução - art. 2º

Art. 2º Destinar ao Serviço Móvel Pessoal (SMP), ao Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), ao Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) e ao Serviço Limitado Privado (SLP), em caráter primário, sem exclusividade, a faixa de radiofrequências de 1.427 MHz a 1.518 MHz.

Resolução - art. 3º

Art. 3º Aprovar o Regulamento sobre Condições de Uso da Faixa de Radiofrequências de 1,5 GHz, na forma de Anexo a esta Resolução.

Resolução - art. 4º

Art. 4º Alterar o art. 1º da Resolução nº 391, de 24 de janeiro de 2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Aprovar o Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 1452 MHz a 1472 MHz para sistemas do Serviço Móvel Aeronáutico, na forma do Anexo a esta Resolução.” (NR)

Resolução - art. 5º

Art. 5º Alterar o art. 3º da Resolução nº 391, de 24 de janeiro de 2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Destinar a faixa de radiofrequências de 1.452 MHz a 1.472 MHz ao Serviço Móvel Aeronáutico, para aplicações de Telemetria, em caráter secundário.” (NR)

Resolução - art. 6º

Art. 6º Alterar o título do regulamento em anexo à Resolução nº 391, de 24 de janeiro de 2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“REGULAMENTO SOBRE CONDIÇÕES DE USO DE RADIOFREQUÊNCIAS NA FAIXA DE 1.452 MHz A 1.472 MHz PARA APLICAÇÕES DO SERVIÇO MÓVEL AERONÁUTICO” (NR)

Resolução - art. 7º

Art. 7º Revogar a Resolução nº 198, de 16 de dezembro de 1999.

Resolução - art. 8º

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Regulamento - art. 1º

ANEXO I À MINUTA DE RESOLUÇÃO

REGULAMENTO SOBRE CONDIÇÕES DE USO DA FAIXA DE RADIOFREQUÊNCIAS DE 1,5 GHZ**CAPÍTULO I****DO OBJETIVO E DA ABRANGÊNCIA**

Art. 1º Este Regulamento tem por objetivo estabelecer as condições de uso da faixa de radiofrequências de 1.427 MHz a 1.518 MHz, por sistemas digitais de radiocomunicação dos serviços fixos, em aplicações ponto-a-ponto e ponto-multiponto, e serviços móveis, exceto Móvel Aeronáutico, conforme definido no Regulamento de Radiocomunicações da UIT.

Regulamento - art. 2º**CAPÍTULO II****DO USO POR SISTEMAS DIGITAIS DO SERVIÇO MÓVEL**

Art. 2º Na faixa de radiofrequências de 1.427 MHz a 1.518 MHz utilizada é admitido o uso por sistemas digitais dos serviços móveis, excetuado o Móvel Aeronáutico, em aplicações ponto-área, na forma dos seguintes arranjos:

Regulamento - art. 2º, I

I – Em municípios, regiões integradas de desenvolvimento econômico ou regiões metropolitanas com população superior a 200.000 (duzentos mil) habitantes, como suplemento ao enlace de descida (*downlink*); e

Regulamento - art. 2º, II

II – Nos demais municípios, com duplexação por divisão de frequência.

Regulamento - art. 2º, §1º

§1º Para o arranjo previsto no inciso I, as faixas de radiofrequências limites dos blocos estão listadas na Tabela I.

Regulamento - art. 2º, §2º

§2º Para o arranjo previsto no inciso II, as faixas de radiofrequências limites dos blocos serão definidas no processo de autorização, sendo preferencialmente adotados blocos com largura de faixa em valores múltiplos de 5 MHz, observado o arranjo estabelecido na Tabela II.

Regulamento - art. 2º, §3º

§3º Em ambos os arranjos previstos nos Incisos I e II do caput, a largura de faixa ocupada não deve causar interferências prejudiciais entre blocos adjacentes.

Regulamento - art. 2º, §4º

§4º Os blocos adotados para cada tipo de arranjo poderão ser utilizados de forma agregada, ainda que não contíguos.

Regulamento - art. 2º, §5º

§5º A ocupação das subfaixas de radiofrequências de cada bloco ou agregado de blocos deve ser iniciada sempre da região central do bloco ou agregado para suas extremidades.

Tabela I

Tabela I

Arranjo de Suplemento a enlace de descida (*downlink*)

Bloco	Transmissão da estação móvel/terminal (MHz)
1	1.427 a 1.432
2	1.432 a 1.437
3	1.437 a 1.442
4	1.442 a 1.447
5	1.447 a 1.452
6	1.452 a 1.457
7	1.457 a 1.462

8	1.462 a 1.467
9	1.467 a 1.472
10	1.472 a 1.477
11	1.477 a 1.482
12	1.482 a 1.487
13	1.487 a 1.492
14	1.492 a 1.497
15	1.497 a 1.502
16	1.502 a 1.507
17	1.507 a 1.512
18	1.512 a 1.517

Tabela II

Tabela II

Transmissão da estação móvel/terminal (MHz)	Transmissão da estação base/nodal/repetidora (MHz)
1.427 a 1.470	1.475 a 1.518

Regulamento - art. 3º

CAPÍTULO III

DO USO POR SISTEMAS DIGITAIS DO SERVIÇO FIXO

Art. 3º Na faixa de 1437,75 MHz a 1452 MHz e 1503,25 MHz a 1517 MHz é admitido o uso de sistemas digitais do serviço fixo em aplicações ponto-a-ponto, em municípios, regiões integradas de desenvolvimento econômico ou regiões metropolitanas com população inferior a 200.000 (duzentos mil) habitantes, ou em ambientes marítimos, observado afastamento mínimo de 50 km da costa brasileira, conforme a canalização disposta em Ato da Superintendência responsável pela administração do uso do espectro de radiofrequências.

Regulamento - art. 3º, Parágrafo único

Parágrafo único. Os sistemas operando em conformidade com este artigo não poderão causar interferência ou reclamar proteção dos demais operando na faixa de radiofrequências de 1.427 MHz a 1.518 MHz.

Regulamento - art. 4º

CAPÍTULO IV

DAS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

Art. 4º As potências das estações devem ser as mínimas necessárias à realização do serviço com boa qualidade e adequada confiabilidade.

Regulamento - art. 4º, §1º

§1º Os limites de potência de estações serão estabelecidos por meio de Requisitos Técnicos aprovados por Ato da Superintendência responsável pela administração do uso do espectro de radiofrequências.

Regulamento - art. 4º, §2º

§2º Os requisitos técnicos também estabelecerão os limites para emissões fora de faixa e de espúrios, bem como condições técnicas adicionais para operação das estações.

Regulamento - art. 4º, §3º

§3º O Ato referido no §1º será submetido ao procedimento de Consulta Pública antes de sua expedição.

Regulamento - art. 5º

CAPÍTULO V

DA COORDENAÇÃO E COMPARTILHAMENTO

Art. 5º Os procedimentos de coordenação e compartilhamento devem respeitar o disposto no Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, sem prejuízo de outros normativos que estabeleçam condições específicas para o uso compartilhado do espectro, de forma dinâmica ou estática, na mesma faixa de radiofrequências objeto deste Regulamento.

Regulamento - art. 6º

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º Sistemas em operação na faixa de radiofrequências de 1.427 MHz a 1.518 MHz, regularmente autorizados, e cuja operação esteja em desacordo com o estabelecido neste Regulamento, poderão continuar em operação em caráter secundário e sem direito à prorrogação.

Regulamento - art. 7º

Art. 7º Edital de licitação visando a conferência de direitos de uso das faixas de radiofrequências objeto deste Regulamento poderá prever condicionamentos específicos para o atendimento de determinadas localidades.

[Imprimir](#)